

PARTICIPANTES OU MARGINAIS — ESTILOS DE SOCIALIZAÇÃO EM FAMÍLIAS DE SÃO PAULO E BRASÍLIA*

MARIA MACHADO MALTA CAMPOS**

RESUMO

Neste trabalho, discute-se até que ponto é possível identificar no interior de uma população de nível sócio-econômico baixo, um grupo "marginal" e um "integrado". Para isso selecionou-se, a partir de amostras utilizadas em outras duas pesquisas sobre "Marginalização Cultural" (uma delas relatada neste número), dois grupos polares de 20 famílias cada: um que seria o "mais integrado" e outro o "mais marginal". Procurou-se então verificar em que medida os dados disponíveis sobre os estilos de socialização adotados por cada grupo confirmam ou não os modelos explicativos mais comumente encontrados na literatura.

SUMMARY

Participation or Marginality: socialization patterns in São Paulo and Brasília families — In this paper it is discussed to what extent it is possible to identify within a population of low socio-economic level a "marginal" group and an "integrated" one. From samples utilized in two other researches on "Cultural Marginalization" (one of them reported in this issue), were selected two polar groups of 20 families each: the "most integrated" and "most marginal" ones. It was then examined to what extent the available data on the socialization patterns adopted by each group confirm or not the explanatory models most commonly found in the specialized literature.

INTRODUÇÃO

Um dos temas mais discutidos e pesquisados atualmente na América Latina, tanto do ponto de vista econômico, como sociológico, antropológico e até psicológico, é o tema da marginalidade. Vários autores já iniciaram uma análise crítica do material existente e não caberia aqui repetir essa tarefa. No entanto, serão mencionados alguns pontos de referência teóricos para situar em um contexto mais amplo os aspectos particulares levantados neste trabalho.

Em primeiro lugar, serão colocados alguns problemas referentes à conceituação das populações marginais do ponto de vista de explicações predomi-

nantemente econômicas que visam sobretudo a uma análise causal do fenômeno. Em segundo lugar, serão feitas referências aos problemas levantados por estudos mais descritivos que, através de um enfoque antropológico, privilegiam a análise das manifestações culturais do fenômeno da pobreza.

Serão examinadas, a seguir, as implicações que têm, para uma pesquisa empírica das populações marginais, tanto o primeiro nível de análise, no momento da identificação empírica destas populações, como o segundo nível, quando se trata de interpretar a complexidade que assume, no nível das relações humanas concretas, aquele tipo de inserção na sociedade que é facilmente esquematizável no nível teórico.

De início, o problema que se coloca nas análises predominantemente econômicas é o da identidade

* Comunicação apresentada no Simpósio sobre "Marginalização Cultural". XXVII Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, 1975.

** Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

analítica própria da categoria "marginalidade". Isto é, de um lado, estão aqueles que argumentam a favor da legitimidade do conceito de marginalidade e, de outro, aqueles que contestam essa posição.

Para alguns autores, como Anibal Quijano e José Nun, o processo de marginalização introduz uma nova contradição na estrutura global do capitalismo latino-americano, estabelecendo "uma importante diferenciação no próprio seio da população trabalhadora, gerando uma espécie de 'sub-classe' dentro do proletariado no seu conjunto" (Quijano, 1971, p. 40) que seria a massa marginal.

Outros, como Francisco de Oliveira, destacam que, por trás do aparente dualismo marginal-integrado, existe um sistema altamente coerente onde o "setor 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado'" (Oliveira, 1972, p. 8). Segundo esse ponto de vista, não caberia a identificação, dentro da força de trabalho total, de uma parcela marginal e de uma participante. Seria possível, no máximo, distinguir entre uma mão de obra diretamente explorada pelas empresas capitalistas e aquela que contribui indiretamente para seu fortalecimento, atuando no "terciário de baixa produtividade" ou na agricultura tradicional.

No campo da antropologia, este mesmo problema tem sido estudado e debatido, provocando, em outro nível de análise, discussões semelhantes.

Oscar Lewis propõe o conceito de "sub-cultura de pobreza" o qual, segundo ele, não coincide com o de pobreza. Pobres, do ponto de vista material, são tanto os povos primitivos como as populações que vivem em nações que estão passando pelas transformações provocadas pelos processos de industrialização e urbanização. No entanto, os segundos, por viverem em sociedades mais complexas, das quais não participam plenamente, apresentam traços característicos da cultura da pobreza, o que não acontece com os primeiros⁽¹⁾. Segundo Lewis, as causas da permanência da pobreza dessas populações são de dois tipos: em primeiro lugar, aquelas que derivam do tipo de estrutura social característica dessas sociedades que se modernizam⁽²⁾; em se-

gundo, aquelas que atuam internamente, pois a "sub-cultura desenvolve mecanismos que tendem a perpetuá-la" (Lewis, 1967, p. 499).

Isto é, para Lewis, a cultura da pobreza tem uma função basicamente adaptativa e por isso mesmo conservadora⁽³⁾. Não basta, portanto, mudarem as condições econômicas para que seja erradicada a cultura da pobreza. Esta é mais difícil de eliminar do que a pobreza propriamente dita pois exige, além da mudança econômica, uma mudança cultural (Lewis, 1967, p. 499). Um outro antropólogo, Richard Hoggart, mostra como, apesar da considerável melhoria que houve nas condições de vida da classe operária inglesa, permaneceram arraigadas por muito tempo as atitudes ligadas ao estado de pobreza anterior (Hoggart, 1970).

Examinando a concepção de Lewis e de outros antropólogos americanos sobre a pobreza, Valentine levanta o problema da legitimidade do conceito de sub-cultura (Valentine, 1970, p. 26). Segundo ele, a atribuição de uma sub-cultura para cada classe obscurece o fato de que existem características estruturais próprias do sistema como um todo. Chama a atenção, também, para o uso deturpado que tem sido feito da noção "cultura da pobreza", o que tem servido para encobrir a responsabilidade do sistema social global, culpando os pobres de sua pobreza. Valentine, portanto, tende a enfatizar os atributos e elementos da cultura que são comuns a todos aqueles que vivem numa dada sociedade (Valentine, 1967, p. 114). Não nega, entretanto, que existam alguns elementos que são distintos conforme se trate de grupos sociais diferentes. Mas ressalta que, dentre estes, alguns são situacionais, isto é, resultam de pressões externas, não podendo ser confundidos com aqueles que realmente constituem traços culturais internos, próprios daquele determinado grupo (Valentine, 1967, p. 118). Analisando, então, os traços da cultura da pobreza relacionados por Lewis, Valentine destaca três categorias de elementos: em primeiro lugar, aqueles que são mais sintomas da própria pobreza, determinados portanto pela estrutura social global; em segundo lugar, os padrões de comportamento e relações sociais, que podem ou não constituir traços culturais; e, por fim, os valores e atitudes. Estes, por refletirem tanto a própria sub-cultura como as articulações entre ela e a cultura da sociedade global, muitas vezes apresentam ambigüidades, ambivalências e contradições. Segundo essa colocação, seria válida unicamente a abordagem antropológica

1 "Porém, a pobreza nas nações modernas é algo muito diferente. Sugere antagonismos de classe, problemas sociais e a necessidade de uma mudança; e freqüentemente é assim interpretada pelos sujeitos estudados. A pobreza torna-se um fator dinâmico que afeta a participação na cultura nacional mais ampla e produz uma subcultura própria. Pode-se falar em cultura da pobreza, pois ela tem as suas próprias modalidades e conseqüências sociais e psicológicas distintas para seus membros. A mim me parece que a cultura da pobreza ultrapassa as fronteiras regionais, rurais-urbanas e mesmo nacionais" (Lewis, 1959). (trad. da A.)

2 "Realmente, a sub-cultura da pobreza é parte da cultura mais geral do capitalismo cujos sistemas social e econômico canalizam a riqueza para as mãos de um grupo relativamente pequeno provocando assim o crescimento de agudas diferenças de classe" (Lewis, 1967, p. 499). (trad. da A.)

3 "a pobreza não é somente uma questão de privação econômica, de desorganização ou da ausência de algo, mas sim também algo positivo, proporcionando recompensas sem as quais os pobres dificilmente poderiam seguir em frente" (Lewis, 1966a). (Trad. da A.)

que fosse capaz de englobar todos esses aspectos (Valentine, 1970, p. 123-127).

Vê-se que a argumentação feita em torno da legitimidade analítica do conceito de sub-cultura reproduz, em outro nível de análise, aquela que existe a respeito da noção de marginalidade. Alguns chamam mais a atenção para os aspectos que distinguem um determinado segmento da população de outro; outros ressaltam aqueles elementos que são comuns à sociedade inclusiva e que revelam a forma como se estruturam num todo coerente os diferentes componentes econômicos, sociais e culturais. É assim que a marginalidade ou a pobreza ora são vistas mais "de dentro" ora mais "de fora". Conseqüentemente, no nível explicativo ou se privilegiam os fatores que operam no interior dos grupos considerados, ou aqueles que são próprios da estrutura global da sociedade. Enquanto as abordagens macro-sociológicas e econômicas tendem a privilegiar os últimos, as antropológicas tem-se fixado principalmente nos fatores "internos", mais próximos do grupo observado.

Tentando fazer uma ligação entre os dois tipos de enfoque, Marialice Foracchi propõe uma abordagem que seja capaz de dar conta da complexidade do fenômeno da marginalidade, o qual, segundo ela, não se esgota nos níveis político e econômico. Para esta autora a noção de marginalidade "se esclarece na medida em que a investigação seja capaz de se propor a identificação do nível cultural como expressão (simbólica) do econômico e do político" (Foracchi, 1974, p. 163). Conseqüentemente, de um

ponto de vista descritivo, a marginalidade deve ser entendida como um "sistema de carências" e, para fins interpretativos, como suporte de um sistema de dominação inerente ao capitalismo dependente.

Da mesma maneira, Gino Germani defende a posição de que é preciso considerar todos os tipos de fatores causais no estudo da marginalidade. Ele identifica cinco grandes fatores: o econômico-social, o político-social, o cultural, o demográfico e o psico-social. Ao contrário da maioria dos sociólogos latino-americanos, Germani destaca a importância deste último: "o complexo de fatores psico-sociais e de personalidade não podem ser descartados a priori quando são integrados dentro de um esquema explicativo mais amplo que considere os fatores estruturais (...) que explicam a emergência e a manutenção das situações de marginalidade" (Germani, s. d., p. 9).

A proposta deste trabalho é exatamente esta. O que se tentará fazer será, em primeiro lugar, uma exploração das dificuldades que surgem quando se tenta aplicar, num estudo empírico limitado, aqueles conceitos que foram elaborados através de análises macroscópicas da sociedade. Em segundo lugar, a própria apresentação dos dados provavelmente sugerirá todas as ambigüidades e contradições que a realidade empírica revela e que contradizem muitas vezes o que os modelos explicativos mais esquemáticos propõem. Como diz Nun "não existe nem a marginalidade 'em geral' ao nível do sistema, nem o marginal 'arquetípico' no plano das relações sociais" (Nun, s. d., p. 14).

COMPARAÇÃO ENTRE DOIS GRUPOS DE FAMÍLIAS: UM "MAIS MARGINAL" E OUTRO "MAIS INTEGRADO"

Partiu-se de amostras selecionadas para pesquisas de caracterização das populações infantis dos bairros periféricos de São Paulo (Poppovic et al., 1975) e Brasília (Poppovic et al., 1974) às quais se destinariam programas de ensino pré-primário⁽⁴⁾.

Dentro do amplo espectro de grupos sociais abrangidos pela parte da amostra rotulada como "de nível sócio-econômico baixo", procurou-se distinguir dois grupos polares: um, que seria o extremo "mais integrado", constando de famílias de operários empregados em indústrias da cidade de São Paulo e outro, o extremo "mais marginal", composto de famílias que residem em Ceilândia, cidade saté-

lite de Brasília, e cujos chefes de família têm ocupações que não requerem quase nenhuma qualificação, ou no terciário de baixa produtividade (segundo a denominação de Francisco de Oliveira), ou na indústria de construção civil, que é a predominante na capital federal.

A polaridade pretendida visa a refletir aquela que consta da maior parte da literatura sobre o assunto, aparecendo sob a forma de uma oposição do tipo rural-urbano, ou tradicional-moderno, ou excluído-integrado, ou marginal-participante ou, ainda, como quer Boutanski, "selvagem-domesticado" (Boutanski, 1969).

O fato de se tentar distinguir, dentro de uma população de trabalhadores, aqueles que são "mais integrados" e aqueles que são "mais marginais" não indica forçosamente que se rejeite uma explicação global do tipo da defendida por Francisco de Oliveira, ou que se aceitem as posições dos que acreditam que todos os processos de desenvolvimento de-

4 A pesquisa realizada em São Paulo contava com uma amostra de 180 crianças e suas mães, sendo metade de nível sócio-econômico alto e metade de nível baixo, selecionadas respectivamente em escolas particulares e Parques Infantis da Prefeitura Municipal. A amostra de Brasília era composta de 90 crianças (e suas mães), irmãos de alunos de escolas públicas de Ceilândia.

sembocam necessariamente no mesmo ponto. Gino Germani mostra como o uso do conceito de modernização não implica, a priori, na aceitação dessas teses "difusionistas". Para ele "se trata tão somente da constatação da existência de diferentes velocidades de mudança para as diferentes 'partes' da sociedade (...) quaisquer que sejam suas causas" (Germani, s. d., p. 12). Como já foi dito, o que se quer é justamente "testar" a aplicação, no nível empírico, dos conceitos teóricos mencionados.

Esses grupos extremos selecionados, por serem muito pequenos (20 famílias em cada) não pretendem de forma alguma serem representativos de determinadas faixas da população brasileira. Nem os critérios de amostragem nem o tamanho dos grupos o permitem. Por outro lado, os dados disponíveis, originalmente levantados com outros propósitos, se referem principalmente aos hábitos cotidianos de educação da criança. As informações sobre exposição da família aos meios de comunicação de massa, história de vida dos membros adultos, condições de habitação, etc., são muito poucas. Além disso, os dados estão organizados segundo as categorias pré-estabelecidas de um questionário. Somente alguns entrevistadores anotaram observações extras ou frases ditas pelas mães, nas margens do questionário. Não será possível, assim, captar, além das informações, o próprio discurso dos agentes, como quer Marialice Foracchi, e muito menos o seu comportamento efetivo, já que não dispomos de observações diretas sobre o seu dia a dia.

Como se vê, somente será possível levantar, através de uma descrição comparativa dos hábitos e valores que cercam o estilo de socialização adotados por estas famílias, alguns tópicos de análise que possam ser mais detidamente explorados no futuro.

1 — CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS DOIS GRUPOS

Para selecionar os dois grupos de famílias optou-se por uma combinação de vários critérios da seguinte forma:

a) Em primeiro lugar, decidiu-se que o grupo "mais marginal" seria composto por famílias da amostra de Ceilândia e o outro por famílias de São Paulo. Com isso já se estabelece uma primeira distinção entre os dois grupos: a ecológica. Enquanto um se compõe de famílias vivendo em um grande centro urbano, o outro vive em uma cidade como Ceilândia, que surgiu da transferência para terrenos cedidos pelo governo, dos barracos da antiga favela "Vila do IAPI", que se situava ao lado do Núcleo Bandeirante, e que, segundo Pastore, era "a área menos desenvolvida do ponto de vista urbano e material" com "um nível de vida visivelmente mais baixo em rela-

ção às outras cidades satélites" (Pastore, 1969, p. 48). Esta cidade, que hoje conta com mais de 100.000 habitantes, ainda guarda as características descritas por Pastore. Suas ruas não são calçadas, não existe rede de água, suas crianças ostentam altos índices de desnutrição, e uma reputação de "ninho de criminosos" cerca seu nome ("Brasília", 1975) ⁽⁵⁾.

b) Em segundo lugar, procurou-se identificar, na amostra de São Paulo, aquelas famílias cujos maridos fossem operários especializados. Assim, depois de eliminar por um lado, aquelas famílias mais facilmente classificáveis como pequena burguesia ou classe média baixa (proprietários de pequenos negócios, "white-collars" etc.), e por outro, aquelas cujos maridos fossem autônomos ou tivessem ocupações manuais não especializadas, foram selecionados aqueles operários cujas especialidades foram especificadas pelas mulheres (24 famílias).

Na amostra de Ceilândia, foram selecionadas as famílias cujos maridos tivessem ocupações não especializadas, como servente de pedreiro, vigia noturno, vendedor ambulante, etc. (29 famílias).

c) O critério de renda foi então introduzido para decidir sobre os casos duvidosos. Em São Paulo, foram eliminados aqueles trabalhadores com salário igual ou menor que o mínimo; em Ceilândia, aqueles com salário igual ou superior a dois salários mínimos e também aqueles com renda familiar superior a Cr\$ 1.000,00.

d) Finalmente, para tornar os dois grupos ainda mais homogêneos, foram eliminados do grupo de São Paulo as famílias cujas mulheres nunca freqüentaram a escola e do grupo de Ceilândia aquelas cujos maridos tivessem mais de cinco anos de escolaridade (dois casos em São Paulo e dois em Ceilândia).

Desta maneira resultaram dois grupos de 20 famílias cada.

2 — BREVE DESCRIÇÃO DOS DOIS GRUPOS

Esta descrição visa somente a caracterizar mais de perto, através dos dados disponíveis, os dois grupos de famílias. É claro que os próprios critérios de seleção predeterminam muitas das características que os grupos apresentam, como por exemplo, a ausência de mulheres analfabetas no grupo de São Paulo.

5 Dados de abril de 1975 indicam que praticamente 100% da população de Ceilândia vive em barracos, 94,4% das famílias tem uma renda mensal abaixo de 1.560,00 e uma em cada dez crianças abaixo de 14 anos apresenta subnutrição de segundo ou terceiro grau ("Brasília", 1975).

a) O grupo de São Paulo

Dos 20 operários, 10 são metalúrgicos (torneiro-mecânico, soldador, maquinista, prensista, etc.), 4 mecânicos e os outros têm especialidades variadas (marmorista, vidraceiro, eletricitista, empilhador, marceneiro e pintor), todos empregados em indústrias. A média dos salários era de Cr\$ 1.110,00, variando de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 2.800,00 mensais.

Das mulheres apenas 9 trabalham, recebendo em média Cr\$ 352,22 por mês.

A renda familiar média deste grupo era de Cr\$ 1.401,00, correspondendo ao centro e ao extremo superior da distribuição da amostra original de 90 famílias. A renda per capita mensal média era de Cr\$ 250,17, aproximadamente 4/5 do salário mínimo vigente na época da pesquisa (Cr\$ 312,00).

O número médio de filhos por casal é de 3,1, sendo que apenas três famílias têm 5 filhos ou mais, o que talvez seja devido, em parte, à baixa idade dos pais: 31 anos e 4 meses em média para os pais e 28 e 4 meses para as mães. Das 20 crianças, 16 nasceram na Capital e 4 em outras cidades do país. O tempo médio de residência em São Paulo dessas famílias, desde que se constituíram, é de 8 anos.

Quanto ao nível de instrução, aproximadamente metade dos maridos e mulheres completaram o primário e o restante possui entre 1 e 3 anos de escolaridade. Nenhum desses adultos chegou a completar o ginásio.

b) O grupo de Ceilândia

Em Ceilândia, 8 famílias vivem na Ala Sul e 12 na Ala Norte, a mais recente e a mais pobre da cidade.

Dos maridos, 5 são trabalhadores em construção civil (servente de pedreiro), 2 vigias noturnos, 3 verdureiros, 3 biscateiros (1 carpinteiro, 1 sapateiro e 1 aposentado, vendedor de laranjas), 3 serventes (1 em restaurante, os outros sem especificar), 1 ferreiro, 1 lavrador (que não mora com a família) e 1 aposentado que "às vezes pede esmolas". A média dos rendimentos era de Cr\$ 493,15 variando de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 800,00 mensais.

Apenas 3 mulheres declararam trabalhar fora, recebendo em média Cr\$ 186,66 por mês.

A renda familiar média era de Cr\$ 558,00, correspondendo ao centro e ao extremo inferior da distribuição de renda das 90 famílias da amostra original de Ceilândia. A renda per capita mensal era de Cr\$ 57,82 em média, o que não chegava a 1/5 do valor do salário mínimo vigente na época da coleta de dados (Cr\$ 370,00), correspondendo a menos da metade daquela da amostra original (Cr\$ 133,00).

Essa renda per capita mais baixa reflete também o maior número de crianças existentes em cada família: 7,1 em média, sendo que 18 famílias têm 5 filhos ou mais. As médias de idade dos pais são mais altas do que as do outro grupo: 44 anos e 3 meses para os homens e 37 anos e 2 meses para as mulheres. Apesar de seus membros serem mais velhos do que os casais de São Paulo, essas famílias residem em Brasília há menos tempo: 6,7 anos em média.

O nível de instrução dos maridos é um pouco mais alto do que o das mulheres: 2,1 e 1,3 anos de escolaridade em média, respectivamente. Metade das mulheres e 4 dos homens nunca frequentaram a escola. Apenas 5 homens e 3 mulheres completaram o primário.

3 — CARACTERÍSTICAS SÓCIO-CULTURAIS LEVANTADAS

Como já foi dito anteriormente, os dados que constam do questionário visavam a caracterizar essas populações principalmente quanto aos hábitos familiares relativos à socialização das crianças. Outras variáveis, tais como exposição aos meios de comunicação de massa e valores da mãe, foram pesquisadas sempre em função do objetivo principal desta pesquisa, que era a construção de um currículo pré-escolar para crianças marginalizadas culturalmente.

Neste trabalho, selecionamos do questionário aquelas informações que se referem mais diretamente os hábitos e costumes que aparecem na literatura, ora como características de uma população operária "tradicional", ora de populações "marginalizadas". Referimo-nos mais particularmente aos trabalhos de Hoggart (1957), Lewis (1959, 1966 a, b, 1967) e Boutanski (1969).

a) Exposição aos meios de comunicação de massa

Há informações sobre televisão, jornais, revistas e livros, mas nada foi perguntado sobre rádios.

Em São Paulo, apenas uma família não tem televisão, enquanto em Ceilândia mais da metade delas não tem (onze). Assim, enquanto no grupo de São Paulo somente duas crianças não assistem televisão, em Ceilândia são seis as que não assistem (as outras 5 provavelmente assistem nos vizinhos). Das crianças que assistem, a média de horas diárias frente à televisão é praticamente equivalente nos dois grupos (1 hora e 54 minutos em São Paulo, 1 hora e 50 minutos em Ceilândia).

Procuramos verificar se havia alguma diferença de renda entre as famílias de Ceilândia que têm te-

levisão e as que não têm, mas não encontramos nenhuma, nem em relação à renda familiar nem em relação à renda per capita.

Quanto à leitura de jornais, 9 das famílias de São Paulo lêem jornais (5 vespertinos e 4 matutinos) e 10 das de Ceilândia o fazem. Em São Paulo, os jornais citados foram *Gazeta* (3 famílias), *Folha* (2 famílias), *Folha da Tarde*, *Jornal da Tarde*, *Diário*, *Diário Popular* e *Notícias Populares*, cada um destes citado apenas uma vez, sendo que duas mães declararam que só lêem jornais aos domingos. Em Ceilândia, 7 mães disseram que em suas casas se lia o *Correio* e uma o *Jornal dos Esportes*. É interessante notar que, apesar da diferença existente entre os níveis educacionais dos dois grupos, as famílias do grupo de São Paulo não lêem mais jornais do que as de Ceilândia, como seria de se esperar. Entre os 10 casais de Ceilândia que lêem jornais, 1 marido e 5 mulheres nunca foram à escola e a média de escolaridade dos que foram é de 2,7 anos, mais baixa do que a do grupo dos não leitores de São Paulo (3,6 anos).

Será que a televisão tende a desestimular a leitura de jornais, como parecem sugerir estes dados? Mesmo dispondo de mais dinheiro e maior facilidade de leitura, as famílias de São Paulo não lêem mais jornal do que os favelados de Ceilândia. O hábito da leitura de jornais, considerado por Leôncio Martins Rodrigues como "índice de participação do modo de vida urbano industrial" (Rodrigues, 1970, p. 14-15, *apud* Bosi, 1972, p. 137) não está neste caso, diferenciando um grupo "mais marginal" de um "mais integrado", como seria de se supor.

Da mesma forma, quase não existem diferenças entre os dois grupos quanto à leitura de revistas: metade das famílias de cada grupo declararam que as lêem (10 em Ceilândia, 11 em São Paulo). Destas, as 10 de Ceilândia lêem revistas "de olhar" ("Placar" é uma delas); em São Paulo 6 lêem revistas desse tipo ("O Cruzeiro", revistas de futebol, gibi e foto-novela), 3 disseram que lêem "Realidade", uma "Pais e Filhos" e uma "Veja".

Perguntou-se, também, no questionário, que tipos de livros as famílias tinham em casa. No grupo de São Paulo 4 declararam não possuir livros em casa e em Ceilândia uma disse que não tem. Entretanto, as famílias de São Paulo parecem ter uma maior variedade de livros do que as de Ceilândia (a média do número de categorias citadas é de 2,75 para São Paulo e 1,83 para Ceilândia), onde a maioria tem somente livros escolares e religiosos, como se verá na Tabela 1.

TABELA 1 — TIPOS DE LIVROS CITADOS PELOS DOIS GRUPOS

	São Paulo	Ceilândia
<i>Escolares</i>	10	19
<i>Religiosos</i> (3 Bíblias)	13	9
<i>Enciclopédias, dicionários</i> ("Dicionário do Lar", "Coleção ABC em cores", "Conhecer", "Enciclopédia do Lar" e "Enciclopédia Trópico")	9	4
<i>Técnicos e científicos</i> (1 "sobre tornos mecânicos" e 1 sobre "curso de ajustador mecânico")	4	—
<i>Romances, contos</i>	6	2
<i>Outros</i> ("de receitas" "A vida do casal" "Como deixar de fumar", "Coleção personagens Famosas", "infantil — A Arca de Noé", "Educação Sexual")	6	—

NOTA: Os livros que estão citados ao lado das categorias se referem ao grupo de São Paulo. Não foram registrados os mencionados pelas mães de Ceilândia.

A maior quantidade de livros escolares possuídos pelas famílias de Ceilândia se deve provavelmente ao fato de que todas elas têm crianças em idade escolar (a amostra original foi selecionada a partir das crianças escolarizadas que possuíam irmãos em idade pré-escolar). Em São Paulo das 10 famílias que não têm esse tipo de livros, sete não tem crianças maiores de 7 anos.

Os outros livros mencionados pelas mulheres do grupo de São Paulo se parecem muito com aqueles comprados pelas operárias entrevistadas por Ecléia Bosi⁽⁶⁾: a maioria deles é de cunho informativo, sendo vários sobre assuntos ligados à vida familiar.

Infelizmente não foram registrados os títulos dos romances. Há apenas a frase de uma das mulheres a respeito dos seus poucos romances, que estão "escondidos para ninguém mexer"...

Hoggart não encontrou na população que estudou a mesma sede de saber que Ecléia Bosi percebeu entre as operárias que entrevistou⁽⁷⁾ e que trans-

6 "Na lista de livros comprados (...) encontramos mais títulos de instrução que de distração (Bosi, 1972, p. 147) "Os livros de conhecimento que recebem mais forte escolha são os de educação sexual e afetiva" (Bosi, 1972, p. 145).

7 Ela registra frases do tipo: "Gosto de livros que ensinem, que estimulem a gente, não de histórias sem proveito" — "Gostaria de conhecer a humanidade, os problemas humanos" — "Queria um livro que tenha de tudo, que me desse instrução, que me ensinasse como um curso" (Bosi, 1972, p. 147).

parece nos títulos dos livros e de algumas revistas citadas pelas mulheres do grupo de São Paulo. Os operários descritos por ele já parecem estar cansados e descrentes do valor do conhecimento, pois "vêm na leitura que consomem uma evasão sem conseqüências" (Hoggart, 1970, p. 294). Segundo sua interpretação, eles já não têm as mesmas "motivações psicológicas e sociais que os levavam a um esforço para se educar, há meio século atrás" (Hoggart, 1970, p. 398).

Será que os nossos operários estão agora experimentando essas mesmas motivações que já se perderam nas classes populares inglesas? Um outro dado que dá alguma força a essa suposição é o fato de existir, no grupo de São Paulo, uma forte correlação entre a leitura de jornais e a posse de dois ou mais tipos de livros (apenas quatro famílias fogem à regra". É verdade que poucos dos jornais citados escapam do sensacionalismo ou do provincianismo, tal como as publicações populares analisadas por Hoggart. Mesmo assim, talvez seja possível que exista, nessas famílias que não se contentam somente com a televisão, alguma curiosidade pelo que não é imediatamente dado no seu cotidiano.

b) *Normas familiares relativas à educação das crianças*

Como já foi mencionado, a maioria das perguntas do questionário se referem à forma como são tratadas em casa as crianças: horários seguidos, tipos de comportamento infantil valorizados ou rejeitados pela mãe, pessoas com quem as crianças têm mais contato normalmente, tipos de brinquedos possuídos pelas crianças, o que é ensinado para elas, etc. Não serão feitas aqui referências a todos esses dados. Selecionamos do questionário apenas aquelas variáveis que consideramos mais importantes.

As famílias dos dois grupos se assemelham em muitos aspectos. Todas parecem ser estáveis, sendo que houve mudança na composição do casal desde o nascimento da criança em apenas uma família de Ceilândia (a família do lavrador de 55 anos que não vive mais com a mulher e filhos). A média de vezes que as famílias de cada grupo mudaram de casa também não diverge muito de um para outro grupo: 1,55 vezes em São Paulo e 1,85 em Brasília. A maioria das mães de ambos os grupos declarou que costumava deixar a criança sempre com a mesma pessoa quando saía. Quase todas afirmaram que seus filhos têm horários fixos para comer e dormir.

Não parece haver em nenhum desses grupos, portanto, aquela agitação e desorganização constantes que Lewis descreve em "La Vida". Pelo contrário, elas se parecem muito mais com as bem comportadas famílias inglesas retratadas por Hoggart.

No entanto, estas famílias se diferenciam claramente em relação a outros aspectos.

Em Ceilândia, o hábito de amamentar as crianças por longo tempo ainda é o mais comum, o que talvez indique a maior proximidade dessas mulheres com o mundo rural: entre as 13 mães que disseram ter amamentado seus filhos por mais de 6 meses estão as sete cujos filhos nasceram "na roça". No grupo de São Paulo apenas três amamentaram seus filhos até 6 meses.

Um outro conjunto de dados onde aparece uma diferenciação entre os dois grupos é o que se refere aos contatos que a criança tem com adultos e com outras crianças. As crianças de São Paulo parecem conviver muito mais com adultos enquanto as de Ceilândia se relacionam principalmente com outras crianças. É verdade que as famílias de Ceilândia são mais numerosas e o trânsito de uma casa à outra é provavelmente muito mais fácil e menos arriscado do que no caso de São Paulo. Além disso as crianças de São Paulo são justamente aquelas que passam nos Parques Infantis a maior parte do dia, em contato, portanto, com grande quantidade de companheiros da mesma idade. Apesar de tudo isso, porém, as diferenças ainda sugerem padrões de comportamento diversos, como se verá a seguir.

Em Ceilândia são principalmente os irmãos que contam estórias para as crianças (das 20, 15 estão nessa categoria) e estas conversam mais com outras crianças do que com adultos (conforme 13 das 20 respostas). Em São Paulo, ao contrário, é principalmente com adultos que as crianças conversam em casa (das 20, 13 conversam mais com os pais e 2 com outros adultos) e são os pais que lhes contam estórias (somente um das mães respondeu que eram os irmãos). Além disso, as crianças de Ceilândia ouvem estórias mais freqüentes do que as de São Paulo: 8 mães de Ceilândia disseram que seus filhos escutam estórias algumas vezes por semana e 3 todos os dias, enquanto 11 mães de São Paulo responderam "quase nunca", 6 "apenas uma vez por semana" e somente 3 "algumas vezes".

É importante notar que, apesar das crianças de São Paulo dependerem mais dos pais para interagir verbalmente, estes ficam menos em casa do que os de Ceilândia. De fato, apenas 5 dos pais do grupo de São Paulo vêem os filhos todos os dias, sendo que 6 os vêem apenas uma ou duas vezes por semana e 4 quase nunca. Das mães, 9 trabalham fora. Em Ceilândia a situação é bem diferente: 15 dentre os pais vêem os filhos todos os dias e somente 3 mães trabalham fora, nenhuma em período integral.

Apesar disso, as mães de São Paulo dão mais atenção às solicitações das crianças, deixando-as participar das conversas de adultos com maior freqüência, o inverso do que ocorre em Ceilândia, onde

18 mães disseram que não deixam seus filhos participarem de conversas de adultos e apenas 10 disseram que respondem à maioria das perguntas que as crianças fazem (em São Paulo os números correspondentes são 5 e 16).

Assim, embora as circunstâncias dificultem os contatos entre as crianças e seus pais em São Paulo, estes predominam neste grupo. Inversamente, em Ceilândia, onde os adultos estão mais disponíveis, as interações entre as crianças são as mais frequentes. Ao lado disto, as mães de São Paulo parecem ser mais carinhosas com seus filhos do que as de Ceilândia: 5 destas últimas disseram que quase nunca beijam seus filhos, sendo que apenas uma de São Paulo deu esta resposta.

Uma das interpretações possíveis para essa diferença seria aquela que levasse em conta as duas concepções de infância que Boutanski descreve como sendo as das classes populares, por um lado, e a das classes médias e superiores, por outro. Segundo o esquema proposto por este autor, o conceito de infância prevalente nas classes médias e superiores, que os educadores e médicos tentam impor às classes populares, considera a criança como um ente frágil e muito diverso do adulto quanto ao físico, porém capaz, do ponto de vista psicológico, de ser treinado desde cedo no uso das responsabilidades e deveres valorizados pela moral dessas classes. Inversamente, as classes populares tendem a achar que a criança é um pequeno ser irresponsável e sem julgamento, apesar de dispensarem ao seu corpo um tratamento menos especial, mais parecido com o dos adultos⁽⁸⁾.

Segundo esse esquema, o grupo de Ceilândia teria uma concepção de infância mais próxima daquela das classes populares descritas por Boutanski e o de São Paulo já teria evoluído na direção daquela adotada pelas classes médias e superiores. Assim, as crianças de Ceilândia convivem mais entre si, em um mundo infantil mais separado do adulto, enquanto em São Paulo essa separação já não é tão nítida, pois os adultos deixam as crianças participarem de suas conversas e, no pouco tempo disponível, até contam histórias para elas. É claro que não existem, nos dados disponíveis, elementos que dêem maior fundamento a essa suposição. No entanto, acreditamos que este seja um aspecto interessante, o qual mereceria análises mais amplas.

Um outro conjunto de dados que poderia dar indicações a respeito da maneira como a criança é vista pelo adulto é aquele que engloba as atitudes

8 As classes populares são levadas a "ver na criança um pequeno homem quanto ao corpo, mas um ser bem diverso do adulto quanto ao espírito", "um animalzinho livre e encantador ao qual seria inútil impor uma disciplina muito estrita e que a vida se encarregará de educar". (Boutanski, 1969, p. 125 e 128).

da família frente aos comportamentos "negativos" da criança e os tipos de medidas disciplinares que são geralmente tomadas.

De maneira geral, as respostas dadas pelas mães de São Paulo sobre as atitudes infantis que reprovam em crianças, revelam uma postura mais estrita do que aquela que parece estar por trás das respostas dadas pelas entrevistadas de Ceilândia. Dos sete comportamentos negativos que constam do questionário, as mães de São Paulo desaprovaram, em média, 6,4 comportamentos e as de Ceilândia 5,5, sendo que, destas, três mães não desaprovaram nenhum deles.

Esta tendência também é discutida por Boutanski. A maior permissividade das classes populares é coerente com sua imagem da criança como um ser irresponsável. Por outro lado, as camadas que vão sendo "domesticadas" assumem a atitude mais próxima das classes médias, que consiste em exigir da criança, desde cedo, comportamentos que se adequem a uma "moral de classe" mais puritana. Em relação a esse ponto, é significativo o fato de que, em Ceilândia, quase todas as mães (18) disseram que seus filhos já haviam sido ensinados a cantar (contra 13 em São Paulo), enquanto em São Paulo todas responderam que já se tinha tentado ensinar as crianças a *contar* (contra 17 em Ceilândia).

Por outro lado, quase não existem diferenças nas atitudes tomadas pelas mães frente a comportamentos infantis que elas reprovam⁽⁹⁾, nem em relação àqueles que elas valorizam.

Finalmente, existem dados sobre o grau de independência que as crianças têm de se locomoverem sozinhas, ao lado de opiniões das mães sobre as idades que elas julgam convenientes para as crianças fazerem uma série de coisas tais como se vestirem sozinhas, tomar conta dos irmãos pequenos, ter um emprego fixo, etc. As crianças de Ceilândia parecem ter mais liberdade de saírem sozinhas de casa do que as de São Paulo e suas mães realmente esperam que isso aconteça mais cedo que as do outro grupo. Em Ceilândia, apenas 6 mães disseram que suas crianças não vão sozinhas a lojas ou feiras e a média de vezes por semana que as outras 14 saem é de 5,2; e em São Paulo, apenas 10 crianças saem sozinhas, numa média de 2,2 vezes por semana. As mães do grupo de Ceilândia acham, em média, que uma criança deve poder ir brincar sozinha na casa de um amigo com 5 anos e 11 meses, ir a uma loja da vizinhança com 6 anos e 10 meses e deve come-

9 É possível que existam algumas diferenças que não ficaram aparentes nos dados coletados, dada a maneira como foi colocada a questão: os tipos de punições foram mencionados sucessivamente à mãe, a qual dizia se usava ou não cada uma delas.

çar a ganhar algum dinheiro com 11 anos e 7 meses. As mães de São Paulo, por sua vez, mencionaram idades mais altas para essas três atividades (6 a. 11 m., 7 a. 5 m., 13 a. 7 m., respectivamente). É verdade que estas podem ser diferenças puramente circunstanciais, já que São Paulo oferece, sem dúvida, muito mais riscos a uma criança do que Ceilândia, ou mesmo Brasília. Além disso, dada a maior pobreza das famílias de Ceilândia, é razoável que se espere que as crianças comecem a ganhar algum dinheiro mais cedo.

c) Valores

Quase todos os autores que estudam e escrevem sobre a cultura popular e a cultura da pobreza chamam a atenção para alguns valores que permeiam a visão do mundo dessas populações. Dentre estes valores, alguns dos mais comumente citados são o fatalismo, o imediatismo, o anti-intelectualismo e o autoritarismo. Nas entrevistas feitas com as mulheres de São Paulo e Brasília, foram citados vários provérbios que se relacionam de algum modo com esses valores, enquanto se pedia que elas dissessem se concordavam ou não com as afirmações ali contidas.

Neste trabalho, procuramos verificar se existem diferenças entre as respostas dadas pelas mulheres dos dois grupos considerados.

Uma primeira diferença que se estabelece é a relativa aos quatro provérbios que visavam explorar a adesão ao autoritarismo. As mulheres de Ceilândia mostram uma proporção maior de afirmações autoritárias do que as de São Paulo, conforme fica claro na tabela seguinte.

TABELA 2 — AUTORITARISMO

	São Paulo	Ceilândia
O que os pais dizem não se discute	10*	18
Filho meu não leva desaforo para casa	2	9
Quem sabe manda, quem não sabe cala	6	20
Quem pede opinião aos outros bom chefe não pode ser	9	14
	$\bar{x} = 6,7$	$\bar{x} = 15,2$

* Frequência das mulheres que concordam

Em Ceilândia, portanto, o autoritarismo é valorizado tanto nas relações familiares como nas de trabalho. As mulheres de São Paulo, por sua vez,

estão mais divididas em relação a esse valor. Talvez já esteja havendo nesse grupo mais integrado uma influência de um outro tipo de moralidade, mais próxima daquela descrita por Boutanski como sendo das classes médias e superiores. Segundo este autor, enquanto nas classes populares a criança é vista como "um pedaço" da família, nas outras ela é encarada desde cedo como um ser possuidor de características de personalidade próprias, como um indivíduo, portanto⁽¹⁰⁾. Assim, embora por um lado esse grupo se tenha mostrado mais estrito em suas atitudes frente à criança (item anterior) ele se revela mais "democrático" em suas opiniões sobre a autoridade paterna. Talvez isto indique uma moralidade semelhante à descrita por Boutanski, onde ao lado de uma maior exigência de responsabilidade por parte da criança existe um maior respeito frente à sua individualidade. Nas famílias de Ceilândia, ocorreria exatamente o inverso: a maior permissividade teria seus limites na autoridade do pai e do chefe.

Quanto aos outros valores pesquisados, poucas são as diferenças que aparecem entre os grupos. As opiniões praticamente coincidem nos itens que se referem ao fatalismo, ao imediatismo e ao anti-intelectualismo. A maioria, por exemplo, não aceita que "Cada pessoa domina seu próprio destino" ou que "Querer é poder", e concorda com as afirmações "O futuro a Deus pertence", "Se é para acontecer, acontece", e "Quem pensa no futuro está apostando no escuro", o que confirma a caracterização feita por Hoggart da ideologia da classe trabalhadora onde existe a tendência de "considerar como leis da natureza as limitações sociais" (Hoggart, 1970, p. 137). O imediatismo, no entanto, apesar de partilhado pelas mulheres de São Paulo, parece ser mais evidente em Ceilândia: a afirmação mais radical "Quem muito pensa no futuro nada tem no presente", foi aceita por 15 mulheres de Ceilândia e apenas 6 de São Paulo.

Da mesma forma, os dois grupos parecem apresentar certo grau de anti-intelectualismo, o que também vai de encontro às interpretações de Hoggart a respeito das atitudes predominantes entre os operários a respeito do saber livresco. Parece haver, também, tal como entre a população estudada por esse autor, alguma ambivalência nas mulheres desses dois grupos frente ao valor do estudo. Se, por um lado, mais da metade concorda com a afirmação: "De orgulhoso e de louco todo estudioso tem um

10 "Para os membros das classes médias e sobretudo das classes superiores, a criança é tida, habitualmente, como um ser responsável já dotado de uma 'natureza', de um caráter bem determinado, de qualidades e principalmente de vícios que ela conservaria até a idade adulta" (Boutanski, 1969, p. 129). Para as classes populares ela "não é mais do que uma parte da família, em lugar de um ser individual" (Boutanski, 1969, p. 129) (trad. do A.).

pouco”, discordando também de “Quem com livros lida tem felicidade garantida”, por outro lado todas as entrevistadas de Ceilândia e 14 de São Paulo concordam com “Quem estuda tem, o outro morre sem vintém”. Além disso, essa ambivalência se reflete na educação que aspiram para seus filhos, que é geralmente bem mais alta do que aquela que elas mesmas obtiveram, como se verá a seguir.

d) *Aspirações*

Segundo as respostas obtidas, as mulheres dos dois grupos têm desejos e expectativas semelhantes no que concerne à educação de seus filhos, porém divergem quanto ao tipo de profissão que idealizam para eles.

Nos dois grupos, metade das mães desejam que seus filhos cheguem até o ginásio ou colegial. As outras disseram que gostariam que eles chegassem até a universidade (cinco em cada grupo) ou então expressaram o mesmo desejo através de frases como “bem adiantada, o máximo”, “máximo possível”, “até se formar”, “até uns 20 anos, depois do primário” ou “último grau que uma pessoa possa se formar”. Quando se perguntou, porém, até que ano *achavam* que seus filhos chegariam, as respostas foram mais modestas nos dois grupos: apenas cinco mães de São Paulo e quatro de Ceilândia disseram que achavam que seus filhos chegariam até à universidade. Nos dois grupos, 13 responderam ginásio ou secundário, duas em cada grupo disseram que não sabiam e uma mãe de Ceilândia respondeu “primário completo”.

Apesar dessa coincidência entre as expectativas educacionais das mães dos dois grupos, suas aspirações quanto ao futuro profissional dos filhos já não são tão semelhantes. Das profissões mencionadas pelas mulheres do grupo de Ceilândia, somente seis são profissões liberais, enquanto em São Paulo 13 mães desejam esse tipo de ocupação para seus filhos, conforme se vê na tabela seguinte.

TABELA 3 — PROFISSÕES DESEJADAS PARA OS FILHOS

	São Paulo	Ceilândia
A. Profissões liberais (médico, advogado, juiz de direito, engenheiro, economista)	13	6
B. Professor (professora primária, diretora, professor sem especificação)	6	9
C. Profissões de menor prestígio (alfaiate, secretária, eletricitista, motorista, cabeleireira, cantora)	1	5

Além de aspirações mais altas, as mães de São Paulo citaram profissões mais sofisticadas como “juiz de direito”, “médica pediatra”, “psicólogo” e “economista”. Em Ceilândia, a maior variedade aparece justamente nas ocupações de menor prestígio, mais próximas da realidade conhecida por esse grupo. As mães com aspirações mais altas não souberam sair do “médico”, “engenheiro” e “professora”.

Entretanto, no grupo de Ceilândia, existe uma maior coerência entre o que se deseja para o filho em termos educacionais e ocupacionais. Em São Paulo, as mães desejam profissões de maior prestígio para seus filhos, muitas vezes sem saber exatamente quais os cursos e quantos anos de estudo são necessários para que se obtenha aquele tipo de diploma. Assim, das 20 mulheres de Ceilândia, 14 mencionaram profissões que realmente demandavam aquele nível de escolaridade desejado para seus filhos. Em São Paulo, apenas sete souberam ser coerentes, o que indica uma defasagem entre aquilo que elas já ousam idealizar para seus filhos e o seu conhecimento do sistema educacional. Assim é que várias mães deram respostas do tipo “médico, não sei o curso”, “até se formar professora”, ou “não sei, ginásio, científico, depois ela mesmo escolhe” para a pergunta sobre até que ano gostaria que seus filhos chegassem. Aliás, os dados existentes sobre as 180 mulheres das duas cidades já indicavam que, apesar de seu mais baixo nível de escolaridade, as mulheres de Ceilândia possuem um maior conhecimento do sistema escolar do que as de São Paulo.

É preciso levar em conta, por outro lado, que a variável sexo da criança tem algum peso nas aspirações das mães a esse respeito. Nos dois grupos são as mães de meninos que têm as aspirações mais altas, sendo que essa tendência é mais acentuada em Ceilândia, onde apenas uma das 12 mães de meninas deseja para ela uma carreira liberal. Em São Paulo, das 13 mães de meninas, sete desejam para elas esse tipo de carreira, enquanto seis das sete mães de meninos aspiram o mesmo. No grupo de Ceilândia parece haver, assim, uma maior rigidez quanto à percepção dos papéis sociais femininos e masculinos. Talvez isto reflita a maior influência dos processos de urbanização e modernização nas mulheres do grupo de São Paulo.

CONCLUSÃO

Resumindo, verificamos que as famílias de Ceilândia são mais numerosas, mais pobres, menos instruídas e vivem em piores condições que as de São Paulo. Suas crianças têm mais liberdade de locomoção, convivem mais entre si e têm menos contato com adultos do que as do grupo "mais integrado". As mães de Ceilândia, apesar de serem mais tolerantes com os comportamentos infantis, aderem mais a um padrão autoritário de relacionamento do que as do grupo de São Paulo. Estas, embora sejam mais estritas com as crianças, parecem ser bem menos autoritárias, mantendo entre elas e os filhos uma distância menor do que a que parece existir no grupo de Ceilândia, o que é coerente com a maior ambição que revelam possuir em relação ao futuro profissional de seus filhos. Muitas famílias de Ceilândia ainda não possuem televisão, mas várias delas lêem jornais e possuem livros escolares e religiosos em casa. No grupo de São Paulo, a televisão está quase sempre presente, mas nem todos lêem jornais; entretanto, existe em suas casas maior variedade de livros e revistas do que em Ceilândia.

Ao lado dessas diferenças, essas famílias apresentam muitos traços em comum. São estáveis, razoavelmente organizadas, suas mulheres revelam grau equivalente de fatalismo, imediatismo e anti-intelectualismo, o que não as impede de sonhar com o futuro dos filhos, para os quais desejam uma educação melhor do que a que elas próprias ou seus maridos atingiram.

Assim é que, após esta primeira exploração dos dados coletados sobre as quarenta famílias selecionadas, restam mais dúvidas do que certezas. As características levantadas nem sempre coincidem com as descrições comumente feitas de grupos "margi-

nais" e "integrados", pois foram encontradas muitas semelhanças inesperadas entre os dois grupos, como por exemplo em relação à leitura de jornais e à organização da rotina das famílias.

É claro que o pequeno número de casos selecionados para cada grupo dificulta a análise das semelhanças e diferenças encontradas. Por outro lado, é preciso considerar que a maioria dos estudos realizados sobre populações operárias e marginais foram feitos em contextos sociais diversos do nosso, como é o caso de grande parte dos citados neste trabalho.

Mesmo assim, algumas discrepâncias encontradas merecem a atenção de quem se interessa por este tema. É o caso, por exemplo, da influência da televisão sobre os hábitos de leitura familiares, do conceito de infância que está por trás dos hábitos educativos adotados pelas famílias, do significado do autoritarismo e do grande desnível que existe entre as aspirações que essas mulheres têm em relação ao futuro dos filhos e a sua própria condição de vida.

Finalmente, a questão teórica inicial da existência ou não de uma diferenciação nítida no interior da população de trabalhadores, que distinguiria claramente um grupo "marginal" de um não marginal, continua em aberto. Se, do ponto de vista analítico, essa diversidade básica pode ser fundamentada em posições razoavelmente coerentes, no nível empírico ela já não se coloca de forma tão cristalina. Assim, esquemas explicativos que parecem muito lógicos na teoria, às vezes não expressam com suficiente ênfase o caráter dinâmico e a ambigüidade que é sempre encontrada no real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Ecléia. 1972. *Cultura de massa e cultura popular; Leituras de operários*. Vozes, Rio de Janeiro.
- BOUTANSKI, Luc. 1969. *Prime education et morale de classe*. Mouton, Paris.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. 1975. Brasília, o fim do talento criador. 20 abr. p. 24.
- FARAONE, Maria Luiza e ALVES, Edgard Luís. 1974. *Educação, ocupação e renda no município de São Paulo*; Trabalho apresentado no curso "Educação e mudança". Departamento de Ciências Sociais, USP, São Paulo.
- FORACHI, Marialice M. 1974. A noção de participação — exclusão no estudo das populações marginais. *Debate e Crítica*, (2): 161-168, jan./jul.
- GERMANI, Gino. s.d. *La marginalidad en America Latina*. Departamento de Sociologia y Centro de Estudios de la Población, Harvard University, Cambridge, Santiago de Chile (ex. mimeografado).
- HOGGART, Richard. 1970. *La culture du pauvre*. Les éditions de Minuit, Paris.
- KOWARICK, Lúcio. 1974. Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina; Uma contribuição teórica. *Estudos CEBRAP*, (8):77-96, abr./jun.
- LEWIS, Oscar. 1959. *Five families*. New American Library, New York; 1966a. *La vida*: 43-51. Random House; 1966b. *La culture de la pauvreté*. *Sociologie et Humanisme*; 1967. *The children of Sanchez*, Pedro Martinez and la vida. *Current Anthropology*, 8 (5): 480-499, Dec.
- MURMIS, Miguel. s. d. *Tipos de marginalidad y posición en el proceso productivo*. (ex. mimeografado).
- NUN, José. s. d. *Marginalidad — modo de producción y superpoblación relativa*. (ex. mimeografado)
- OLIVEIRA, Francisco de. 1972. A economia brasileira; Crítica à razão dualista. *Estudos CEBRAP*, (2): 3-82, out.

- PAOLI, Maria Célia P. Machado. 1974. *Desenvolvimento e marginalidade*. Pioneira, São Paulo.
- PASTORE, José. 1969. *Brasília, a cidade e o homem*. Cia. Edit. Nacional, São Paulo.
- PEREIRA, Luís. 1971. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo: especialmente cop. 7 "Populações Marginais"*. Pioneira, São Paulo.
- POPOVIC, Ana Maria; ESPÓSITO, Yara Lúcia e CAMPOS, Maria Malta. 1974. *Marginalização cultural; Subsídios para um currículo pré-escolar em Brasília*; Relatório apresentado à Secretaria da Educação do Distrito Federal. Fundação Carlos Chagas, São Paulo; 1975. *Marginalização Cultural; Subsídios para elaboração de um currículo pré-escolar. Cadernos de Pesquisa, (14): 7-73 set.*
- QUIJANO, Anibal. 1966. *Notas sobre el concepto de marginalidad social*. CEPAL. (ex. mimeografado); 1970. *El proceso de marginalización y el mundo de la marginalidad en America Latina*. División de Asuntos Sociales. (ex. mimeografado); 1971. *Polo marginal de la economía y mano de obra marginada*. Taller Urbano Industrial Universidad Católica, Lima (ex. mimeografado); 1973. *La formación ed un universo marginal en las ciudades de America Latina: 141-166*, In CASTELLS, Manuel. *Imperialismo y urbanización en America Latina*. Ed. Gustavo Gili, Barcelona.
- RODRIGUES, L. M. 1970. *Industrialização e atitudes operárias*. Brasiliense, São Paulo apud BOSI, Ecléia. 1972. *Cultura de massa e cultura popular; Leituras de operárias: 137*. Vozes, Rio de Janeiro.
- SINGER, P. 1973. *Economia política da urbanização*. Brasiliense/CEBRAP, São Paulo.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Pesquisas Econômicas. 1972. *Crçamentos familiares na cidade de São Paulo* por José Tiacci Kirsten e outros. São Paulo.
- VALENTINE, Charles. 1970. *La cultura de la pobreza*. Amorrotu.

[Artigo recebido para publicação em julho de 1975]